

'Quem não se adaptar vai perder relevância'

Para Maíra Moraes, doutora em Comunicação, transformação digital é caminho sem volta; Elaine Madalhan, especialista em Marketing Influência, redes dão sensação de 'proximidade' do político com o eleitor

Francela Pinheiro
Especial para o Diário

Doutora em Comunicação e com pós-doutorado em Antropologia Social, Maíra Moraes afirma que é uma tendência natural os vereadores da chamada geração de nativos digitais levem para a Câmara de Rio Preto as mudanças que já são observadas no âmbito nacional.

"Para eles, a presença digital faz parte do cotidiano, desenvolveram competências digitais que são naturalizadas", afirmou ela ao analisar os efeitos da chegada dos primeiros vereadores-influencers ao Legislativo rio-pretense, no caso Alexandre Montenegro (PL), Felipe Alcalá (PL) e Abner Tofanelli (PSB). No entanto, uma leitura que vale para qualquer outro espaço político que vive a mesma transformação.

Para Maíra, as competências citadas acima não são

apenas técnicas. "Eu digo sempre que isso também envolve competências emocionais e escolhas estéticas", disse.

Nessa linha, Elaine Madalhan, jornalista pós-graduada em Marketing de Influência pela PUC, ressalta que mais do que utilizar as redes sociais para engajar, os nativos digitais constroem narrativas que humanizam. "Dão voz a causas relevantes para grupos muitas vezes até marginalizados no debate público", afirmou.

PROXIMIDADE

Proximidade e conexão emocional com o eleitorado que, para Elaine, traz uma expectativa de que eles tragam maior transparência e diálogo constante com a população. "Explorando o potencial das redes para fiscalizar, propor e comunicar ações legislativas", disse.

Exposição que também pre-

cisa ser coerente, segundo os especialistas. "É essencial que a comunicação digital esteja atrelada a práticas consistentes no Plenário, evitando que o mandato seja apenas um 'show de likes'", ressaltou Elaine.

Na mesma análise, Maíra defendeu que, na política, melhor começar com uma etnografia do que com uma estatística. "Não é porque você é influenciador que você será visto e ouvido como uma pessoa que vai resolver os problemas da cidade", orientou.

Mas essas mudanças seriam uma transição para o fim dos políticos 'analogicos'? "Aqueles que não abraçarem a transformação digital correm o risco de perder relevância", observou Maíra. "Enquanto os que se adaptarem encontrarão novas formas de dialogar com a sociedade", complementou Elaine.

Segundo Elaine, o digital é também uma questão de cultura e exige transparência, agilidade e autenticidade. "Características que muitas vezes faltam aos políticos de métodos tradicionais. No entanto, é importante lembrar que nem toda inovação é garantia de eficiência. Há espaço para uma convergência entre a experiência dos analógicos e a capacidade de mobilização dos nativos digitais", frisou.

Para veteranos, mudança é boa

A maioria da Câmara de Rio Preto da Legislatura 2025-2028 é de políticos 'analogicos', apesar dos outsiders da geração dos nativos digitais e de vereadores que não vieram do digital, mas foram para as redes e até mergulharam nas plataformas para divulgar mandatos e conquistar o voto digital.

Reeleito para o sexto mandato, o vereador Jorge Menezes (PSD) afirmou que a chegada da geração dos nativos digitais trará "uma legislatura com mais visibilidades nas redes sociais." Menezes ressaltou a contribuição das redes sociais para os manda-

tos e afirmou que as ferramentas permitem que o eleitorado também participe das decisões. "Sendo assim, os vereadores eleitos, por serem mais novos, vão despertar a boa mudança, pois a internet é que vai dominar a política futuramente", analisou.

O vereador Pedro Roberto, reeleito pelo Republicanos, contou que quando foi eleito pela primeira vez, há 24 anos, a única forma de interagir com o eleitorado era a sola de sapato. "Atualmente, as redes sociais são ferramentas fundamentais para a sobrevivência política, na medida em que é uma das

esferas onde ocorre o debate público e político", destacou.

Para o vereador, a chegada da geração de nativos digitais vai trazer ensinamentos e contribuirá com o trabalho legislativo. Por outro lado, Pedro Roberto salientou que, ainda que o meio virtual seja um forte ambiente para a interação com a cidade, não se pode deixar de lado o trabalho nas ruas. "O contato pessoal com o eleitor e o conhecimento 'in loco' de cada problema que a nossa cidade traz. Isso é fundamental para, de fato, realizarmos o trabalho que a população precisa e merece", concluiu.

Fotos/Divulgação



Jorge Menezes, vereador veterano do PSD



Pedro Roberto, parlamentar do Republicanos



Azor Lopes Jr.
azor.lopes@gmail.com

OLHAR
360

Ano novo, problema velho

segurança pública é, daqueles temas centrais enfrentados pelos governos (saúde, segurança e educação) e pela comunidade acadêmica, talvez o que mais seja considerado 'terra de ninguém'

Com a fundação do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (www.ibsp.org.br) em 19 de outubro de 2017, nossa Rio Preto, mais uma vez, se destacaria na arena pública nacional de discussão de políticas públicas para o setor da segurança.

O ufanismo se justifica porque fora em Rio Preto que, já nos idos de 1999, surgiria o primeiro experimento de desburocratização da atividade policial voltada àquilo que a Constituição de 1988 e a Lei dos Juizados Especiais classificaria, no campo normativo, "infrações penais de menor potencial ofensivo", simplificando o procedimento penal de comunicação de contravenções penais e crimes com pena máxima não superior a 2 anos.

Novamente seria de Rio Preto que, em 2013, viria mais uma inovação para o setor, com base na Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, criando-se Núcleos de Mediação Comunitária, objeto de elogios editoriais do Diário, matéria de capa no portal da reitoria da Unesp e da Assembleia Legislativa, culminando na premiação do projeto com o Prêmio Mário Covas em sua 10ª Edição (2014).

Não se faz aqui o resgate dessa memória tão só pelo ufanismo, mas porque segurança pública é, daqueles temas centrais enfrentados pelos governos (saúde, segurança e educação) e pela comunidade acadêmica, talvez o que mais seja considerado "terra de ninguém".

Apesar de tema disputado por sociólogos, cientistas políticos e até economistas, entre outros, por ser umbilicalmente intrincado com o Direito – já que as regras de seu enfrentamento são jurídicas – o domínio do campo acaba sendo objeto de disputas não só pelos detentores do poder intelectual, mas também pelas corporações que integram a burocracia estatal; como diria Pierre Bourdieu: "As teorias e as escolas, como os micróbios e os glóbulos, se devoram entre si e com sua luta asseguram a continuidade da vida".

Ocorre que à margem dessas disputas discursivas das elites acadêmica e burocrática, da realidade cotidiana emergem demandas que cada vez reverberam com maior potência pelas vozes da imprensa e nas redes sociais (impunidade, corrupção policial e judicial, violência etc.), exigindo respostas e, quando essas respostas vêm do campo intelectual, elas se limitam numa carga semântica estéril que repete o mais do mesmo (integração das forças policiais, impunidade, direitos humanos etc.), tal qual dos representantes da burocracia estatal vêm os vazios bordões da "sensação de segurança", "responsabilidade de todos", "casos isolados" etc., para jogar a poeira para debaixo do tapete, enquanto as visitas estão em casa.

O mais grave nesse cenário é que o tema se transforma em bandeira dos extremos ideológicos; para aqueles mais à esquerda, a causa fundante do problema seria o modelo capitalista trazendo consigo a exclusão social e o racismo estrutural, enquanto aos da direita o laxismo penal. Em síntese, enquanto para uns a resposta estaria na utopia socialista e, para outros, no estado policial, a opinião pública vai sendo manipulada pelos agentes políticos, garantindo a conservação dos cabrestos eleitorais.

Assim, publicamos "Gargalos da Segurança Pública" (Editora HN, 2022) para mostrar aquilo que já em 2008 o Ministério da Justiça confessara: o "aparato estatal mostrou-se pouco eficaz"; mas ainda os governos fecham os olhos para nossas experiências inovadoras exitosas de simplificação do procedimento policial (1999-2009), de resolução extrajudicial dos conflitos (2013), para voltarmos às velhas discussões em torno da transformação das Guardas Municipais em polícias e da criação de um Conselho Nacional (PEC da Segurança).

Azor Lopes da Silva Júnior
Advogado, professor de direito e coronel da Polícia Militar

As informações e opiniões formadas nos artigos são de responsabilidade única do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões do jornal. O posicionamento do Diário está expresso em seus editoriais.